

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIA DOURADO MAIA BORGES DE ALENCAR

**O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E NA RÚSSIA:  
uma relação entre Lênin e Furtado**

**Uberlândia**

**2024**

JÚLIA DOURADO MAIA BORGES DE ALENCAR

**O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E NA RÚSSIA:  
uma relação entre Lênin e Furtado**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel de Azevedo

**Uberlândia**

**2024**

JÚLIA DOURADO MAIA BORGES DE ALENCAR

**O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL E NA RÚSSIA:  
uma relação entre Lênin e Furtado**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel de Azevedo

Uberlândia, 12 de maio de 2025.

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Raquel de Azevedo – Orientadora (UFU)

---

Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes (UFU)

---

Prof. Dr. Wolfgang Lenk (UFU)

## AGRADECIMENTOS

Há um ditado de autor desconhecido que afirma que é necessária uma vila inteira para educar uma criança. Acredito que esta afirmação carregue consigo alto teor de verdade e, por isso, tento aqui resumir os meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que fizeram parte da minha construção pessoal, acadêmica e profissional. A potência do amor, do cuidado e do carinho quebram barreiras e nos impulsionam para lugares por vezes inimagináveis; portanto, agradeço, primeiramente, a meus pais.

Agradeço à minha mãe por ser meu grande exemplo de independência feminina. Sua garra em trilhar seu próprio caminho, em meio a todos os obstáculos que lhe foram impostos, me inspira a construir o meu. Ao meu pai, agradeço por quebrar todos os estereótipos de paternidade e se fazer presente de corpo, alma e coração ao longo de toda a minha vida. Você foi o grande responsável pelos momentos mais mágicos e felizes da minha infância. Ainda, aos dois, agradeço pelo amor estendido a mim: nem por um segundo ao longo dos meus 23 anos de vida me questionei sobre a possibilidade de não ser amada.

Agradeço também aos meus avós, aos quais tive a sorte de não apenas conhecer em vida, mas também com quem convivi de perto. À minha falecida avó Regina Célia, com quem compartilhei desde cedo o amor pela leitura. Ao meu falecido avô Carlos Gilberto, que, em seus últimos anos de vida, se disponibilizou quase que integralmente a levar e buscar as netas à escola sempre que preciso, fazendo sempre uma parada para um sorvete no caminho de volta. Ao meu avô Francisco Marcílio, que ocupou funções de pai quando, por motivos de força maior, o meu precisou se ausentar. E, por fim, à minha avó Maria das Dores, pelo papel transformador que ocupou em minha vida. Vovó, obrigada por ter sempre ressaltado a importância da educação e por ter sido minha grande figura investidora, apoiadora, e uma vigorosa torcedora pelas minhas vitórias. Me lembrarei eternamente dos seis belos anos em que morei com você e o vovô.

Ao meu padrasto, sou grata por todo o investimento no meu crescimento e por acreditar em mim em momentos nos quais eu mesma duvidei. A meus irmãos, os grandes amores da minha vida, agradeço pela companhia de sempre e por serem símbolo do vínculo mais bonito que já vivenciei: minha vida jamais seria a mesma sem vocês. Ainda, agradeço às minhas fiéis companheiras Mel e Lolla, bem como ao meu querido Boni, por me permitirem vivenciar o amor mais puro de todos. Mesmo sem trocar palavras, vocês foram capazes de transformar todos os meus dias.

À minha madrinha Danielle, agradeço por ter marcado minha “eu” criança sendo a adulta mais engraçada que conheci. A meus tios, tias, primos e primas, agradeço pelos momentos que vivenciamos juntos e por todas as doces palavras oferecidas a mim durante todos esses anos.

Agradeço também a meus amigos, fonte de apoio incondicional. Melissa e Maria: a vocês ofereço um sincero “obrigada” por serem indiscutivelmente minhas irmãs de alma. Não consigo – e nem desejo – imaginar minha trajetória sem a presença constante de sua companhia, seus conselhos e suas palavras de conforto. Nunca existirão palavras suficientes para explicar a significância da nossa relação na minha vida.

À Maria Jullia, agradeço por permanecer ao meu lado em momentos tão difíceis e por compartilhar comigo fases tão transformadoras; e a minhas amigas de longa data, Carolina, Cecília, Júlia, Maria Letícia, Giovannas (Egídio e Alessandretti) e Maria Eduardas (Prado e Maia), sou grata por me mostrarem, desde a infância, passando pela adolescência e agora na vida adulta, o significado de amizade verdadeira. É deliciosa a tranquilidade de saber que nunca estarei sozinha.

A meus amigos que fiz após a chegada em Uberlândia, Luyza, Anna Carolina, Guilherme, Eduarda, Lara, Mylena e Gabriella, agradeço por suavizarem os impactos da distância e da saudade de toda uma vida antes da universidade. Foi incrível dividir com vocês as tristezas e as alegrias ao longo desses últimos anos.

Além destes, devo ainda agradecer à minha querida psicóloga Ana Cícilia, por ter transformado a minha vida com um tipo de suporte que ninguém mais poderia oferecer. Você foi parte essencial de todo esse processo.

Agradeço à minha orientadora, Raquel de Azevedo, pelo seu papel imprescindível na finalização desse período tão importante na minha vida: a graduação. Sou imensamente feliz por ter sido orientada por uma pessoa tão compreensiva, capacitada e disposta a auxiliar na construção de um trabalho com um tema tão rico e interessante.

Finalmente, estendo meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma maneira, marcaram minha vida positivamente. Quem sou hoje é um grande reflexo do que vivi com todos vocês.

*“Não te rendas, ainda estás a tempo de alcançar e  
começar de novo”*

*Mario Benedetti*

## RESUMO

A transição de formas compulsórias de trabalho para o regime de assalariamento marca um momento de grande transformação no Brasil e na Rússia. O fim dos regimes escravista e servil, respectivamente, representam uma abertura desses Estados a novas possibilidades de desenvolvimento econômico. Assim, a intenção deste trabalho é compreender, com base na obra de Celso Furtado e Vladímir Lênin, como ocorre essa transformação, além de identificar as semelhanças e diferenças desse processo entre os dois países. Ainda, objetiva-se analisar a relação entre dois grupos que se destacaram na tentativa de defender um conjunto de medidas capaz de solucionar os problemas vivenciados com o surgimento do capitalismo em suas nações: os papelistas brasileiros e os populistas russos. Para que tais objetivos sejam alcançados, será utilizada a abordagem qualitativa de natureza básica e, com base em leituras preliminares, um estudo exploratório pautado na revisão bibliográfica e na análise comparativa, que tem como principais referências os livros “Formação Econômica do Brasil” (1959), de Celso Furtado, e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1899), de Vladímir Lênin. Por meio dessa pesquisa, pode-se concluir que a passagem para o regime de assalariamento significou, para ambos os países aqui abordados, o início do desenvolvimento do sistema capitalista. No caso brasileiro, este processo tem sua origem na mudança para o regime de trabalho assalariado, com pagamento de salários, que gera demanda pelo mercado interno e, no caso russo, a produção de bens de produção será destacada como fator de grande relevância. Ainda, sobre a análise dos papelistas e populistas, compreende-se que, por mais que a intenção destes grupos muito similar, as políticas propostas por estes não seguem o mesmo padrão. Sendo assim, a defesa do populismo russo, sob essa ótica, se afastaria da ideia de mudança proposta pelos papelistas, que estariam mais próximos da argumentação dos populistas estadunidenses.

**Palavras-chave:** Brasil; Rússia; capitalismo; papelismo; populismo.

## ABSTRACT

The transition from compulsory forms of labor to a wage labor regime marks a moment of great transformation in both Brazil and Russia. The end of the slave and serfdom systems, respectively, represents an opening of these states to new possibilities for economic development. Thus, the aim of this work is to understand, based on the works of Celso Furtado and Vladimir Lênin, how this transformation occurs, as well as to identify the similarities and differences of this process between the two countries. Furthermore, it seeks to analyze the relationship between two groups that stood out in their attempts to defend a set of measures capable of addressing the problems arising from the emergence of capitalism in their nations: the Brazilian *papelistas* and the Russian populists. In order to achieve these objectives, a qualitative approach of a basic nature will be used and, based on preliminary readings, an exploratory study guided by bibliographic review and comparative analysis, whose main references are the books *Economic Formation of Brazil* (1959), by Celso Furtado, and *The Development of Capitalism in Russia* (1899), by Vladimir Lênin. Through this research, it can be concluded that the transition to a wage labor regime marked, for both countries discussed here, the beginning of the development of the capitalist system. In the Brazilian case, this process originates in the change to the salaried work regime, with payment of wages, which generates demand for the domestic market, and in the Russian case, the production of means of production will be highlighted as a factor of great relevance. Additionally, regarding the analysis of the *papelistas* and the populists, it is understood that, although the intentions of these groups are very similar, the policies they proposed do not follow the same pattern. Therefore, from this perspective, the defense of Russian populism diverges from the idea of change proposed by the *papelistas*, who would be closer to the arguments of the United States populists.

**Keywords:** Brazil; Russia; capitalism; *papelismo*; populism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Uma visão geral sobre o Populismo .....</b>	<b>11</b>
1.1. O caso dos Populistas russos .....	12
1.2. O caso dos Populistas estadunidenses .....	15
<b>2. O erro teórico dos Populistas russos .....</b>	<b>16</b>
2.1. O processo marxista de reprodução do capital.....	17
2.2. A utilização do conceito de acumulação de capital de Smith .....	20
2.3. A crítica de Lênin.....	23
<b>3. O surgimento do capitalismo no Brasil .....</b>	<b>25</b>
3.1. A transição do sistema escravista para o sistema de trabalho assalariado .....	26
3.2. A expansão da economia exportadora cafeeira e o estabelecimento de um mercado interno .....	31
3.3. O processo de industrialização por substituição de importações .....	34
<b>4. Uma análise sobre os Papelistas .....</b>	<b>35</b>
4.1. O desequilíbrio externo para o Brasil.....	36
4.2. A lógica Papelista .....	38
4.3. O diálogo Populista x Papelista .....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Quando analisados os processos de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e na Rússia, logo destacam-se algumas características compartilhadas entre as duas realidades. Além da grande importância atribuída ao uso da terra e da utilização prévia de formas compulsórias de emprego da mão de obra, o momento de transformação vivenciado por essas economias e aqui analisado é marcado pelo baixo poder de compra, fato este que origina o surgimento de dois grupos que buscavam, cada um à sua maneira, soluções para esses distúrbios: os populistas russos e os papelistas brasileiros. Ainda, é na transição dos regimes de escravidão, no caso do Brasil, e de servidão, no caso da Rússia, para um regime de trabalho assalariado, que se estabelecem as bases necessárias do surgimento do capitalismo em ambos os cenários.

Logo, esse momento de transformação será abordado com base em duas frentes: uma, referente à gradativa substituição do trabalho forçado pelo assalariamento, e outra, à existência de grupos dispostos a remediar os impactos originados dessa alteração. Destarte, a intenção primordial desta pesquisa concentra-se em buscar, com base nas obras “Formação Econômica do Brasil” ([1959] 2020) de Celso Furtado, e “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” ([1899] 1982) de Vladimir Lênin, as possíveis explicações para o desenvolvimento do capitalismo nos dois países, além de esclarecer as relações que podem ser estabelecidas entre as análises dos referidos autores.

Como hipótese, sustenta-se a ideia de que os contextos vivenciados pelo Brasil e pela Rússia na transição dos períodos de utilização de trabalho compulsório para os períodos de utilização de trabalho assalariado são, de fato, consideravelmente semelhantes. Nas duas produções aqui analisadas com destaque, são construídos argumentos que defendem o surgimento dos indícios capitalistas pouco tempo após o fim dos regimes escravista e servil, mesmo que o mercado interno fosse ainda incipiente nos dois casos, devido à ainda incipiente articulação dos departamentos de produção de meios de produção e de produção de bens de consumo.

Essa é a maneira como Azevedo (2025)<sup>1</sup> propõe aproximar os dois autores:

---

<sup>1</sup> AZEVEDO, Raquel de. Impasses da transição para o assalariamento e da formação de um mercado interno em Lênin e Furtado. *América Latina en la Historia Económica*, no prelo, 2025.

Embora a constituição de uma força de trabalho assalariada na segunda metade do século XIX envolva o pagamento de salários rebaixados tanto na Rússia quanto no Brasil, em razão das particularidades da decomposição da servidão, no primeiro caso, e do fim do escravismo, no segundo, nem Lênin nem Furtado cedem à tese subconsumista de que o reduzido poder de compra dos trabalhadores impediria o desenvolvimento capitalista. (Azevedo, 2025, p. 02)

As teses se sustentam, em grande parte, em conceitos marxistas mobilizados na bibliografia utilizada, como é o caso dos esquemas de reprodução do capital explorados por Karl Marx e ignorados parcialmente pelos chamados “populistas” russos, limitados pela influência da noção de acumulação de capital de Adam Smith. Ressalta-se, ainda, que é com este grupo que Lênin dialoga em seu texto, a fim de contradizer suas teorias.

Não obstante, espera-se encontrar semelhanças entre os populistas e os papelistas suficientes para que se estabeleça um paralelismo entre os dois grupos. Primeiramente, entre brasileiros e russos, no que diz respeito à busca por soluções para os impasses colocados pelo surgimento das relações capitalistas no Brasil e na Rússia durante o século XIX e, em um segundo momento, entre brasileiros e estadunidenses, no que diz respeito às medidas propostas por essa segunda leva de populistas para a cessação dos problemas observados.

Pautada nesse objetivo, sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa, esta encontra-se focada em esforços revisionais iniciais e na construção argumentativa em um segundo momento. Sob uma abordagem qualitativa de natureza básica, pretende-se realizar uma pesquisa de caráter exploratório, baseando-se em uma hipótese construída por leituras preliminares.

Sobre os métodos de procedimento, inicialmente, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica guiada por importantes teóricos do pensamento econômico a fim de destrinchar conceitos relevantes à análise proposta e de explorar as ideias que serão posteriormente comparadas. Após esse momento inicial, a pesquisa comparativa permitirá a análise acerca das possíveis correlações entre os argumentos dos dois autores abordados, além de possibilitar a argumentação acerca do paralelismo proposto entre os grupos dos populistas russos e estadunidenses e dos papelistas brasileiros. Ressalta-se ainda que, a fim de uniformizar e simplificar as nomenclaturas, o tratamento por “Rússia” será utilizado ao longo de todo o trabalho, independentemente de o momento histórico analisado pertencer ainda à experiência do Império Russo.

As principais fontes de informação empregadas serão as obras supracitadas de Celso Furtado e Vladímir Lênin. Paralelamente, textos complementares serão utilizados a fim de

---

explicar alguns dos principais conceitos mobilizados ao longo da pesquisa. Destacam-se os escritos de Marx e Smith como necessários ao entendimento das formulações centrais dos autores-base deste estudo. São reconhecidas as dificuldades de se realizar uma comparação entre as experiências russa e brasileira, devido à presença de diferentes variáveis e à existência de questões particulares a cada caso, mas o trabalho pretende possibilitar um diálogo rico, mesmo que ainda limitado às interpretações dos principais autores mobilizados.

Por fim, a presente pesquisa se justifica devido à insuficiência de produções no que tange a comparações entre o desenvolvimento capitalista brasileiro e russo, mesmo diante da intensa semelhança entre ambos os processos. Ainda, por basear-se na análise de importantes nomes do pensamento econômico nacional e internacional, este estudo possibilita o estabelecimento de uma nova visão acerca de obras constantemente revisitadas por pesquisadores da área. A escolha do tema é embasada nessa deficiência observada nos debates do campo da Economia Política Internacional, bem como na possibilidade de uma mais profunda exploração nos estudos de um grupo de forte relevância no contexto brasileiro: o grupo dos papelistas, antecessores daqueles que, no futuro, defenderiam a aplicação de políticas desenvolvimentistas no país.

Por fim, a pesquisa permite ainda adentrar um pouco mais no caráter complexo da atuação papalista, que se relaciona tanto com os populistas russos, no que tange à origem em si dos grupos, quanto com os populistas estadunidenses, em razão da forma com que estes decidem agir sobre as questões que teriam identificado anteriormente como problemas da passagem ao capitalismo.

## 1. UMA VISÃO GERAL SOBRE O POPULISMO

Segundo Moraes e Fonseca<sup>2</sup>, a popularização de análises sobre o populismo como fenômeno político ou social, majoritariamente por meio de um viés crítico, dificulta o estabelecimento de diretrizes gerais acerca da caracterização deste fenômeno. Isso ocorre porque este é descrito na literatura de diferentes formas, a depender da autoria da conceitualização, ocasionando confusão referente ao termo. Por vezes, líderes políticos de orientações indubitavelmente opostas são ambos colocados no mesmo espectro de liderança de

---

<sup>2</sup> MORAES, L. S.; FONSECA, P. C. D. Populismo como conceito: teoria e história das interpretações. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 28, p. 1-31, 2024.

caráter populista. Como elemento comum a governos assim caracterizados ao longo da história, destaca-se a existência de um contexto marcado pela crise, que possibilita, portanto, a utilização de uma “práxis política binária centrada no conflito” (Moraes, 2018, p. 31).<sup>3</sup>

Tendo em vista o recorte temporal e geográfico deste trabalho, é necessário centralizar a discussão na experiência populista que serve de base para o entendimento do argumento aqui proposto: a experiência russa, que pode ser entendida como a origem da utilização do termo “populismo”, pautada na existência do grupo *Narodniks*, formado na segunda metade do século XIX.

Ainda, com o intuito de enriquecer a discussão centrada na comparação entre a argumentação dos papelistas brasileiros e a defesa dos populistas, será brevemente abordada uma outra experiência populista que, em termos de similaridade com o contexto brasileiro, merece destaque. Portanto, será estudado o caso do populismo estadunidense, marcado, assim como o russo, pela insatisfação com o cenário nacional vivenciado à época e com a realidade cotidiana do “povo”, que sofria com suas péssimas condições de vida.

Por fim, para que o contexto vivenciado pelas duas nações seja melhor compreendido, vale mencionar a significação aqui presente no termo “povo”, também debatida por Moraes (2018). A utilização desse termo está ligada ao caráter dicotômico do entendimento populista, que estabelece uma divisão clara entre aqueles que causam ou intensificam os problemas e aqueles que sofrem as consequências. No caso russo, o povo representa os camponeses que foram alienados de suas terras no processo de transição ao assalariamento e, no caso estadunidense, os pequenos produtores agrícolas que foram lesados com o crescimento da atuação agroexportadora no país. Por mais que os dois casos possuíssem em comum o caráter popular, existem algumas diferenças marcantes que podem ser notadas nos tópicos seguintes deste capítulo.

### 1.1. O caso dos Populistas russos

Sobre o estudo do processo de transição do regime de servidão para o regime de assalariamento na Rússia, há um debate de grande importância que ganha destaque a nível

---

<sup>3</sup> MORAES, Leonardo Segura. **Populismo, política econômica e crises na América Latina**. 221 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

internacional, sendo posteriormente resgatado por diversos outros pensadores econômicos: o debate entre Lênin<sup>4</sup> e os populistas russos. Esse diálogo possibilita uma melhor compreensão sobre esse momento histórico e, conseqüentemente, sobre o início do desenvolvimento do sistema capitalista no país, que será mais bem abordado no próximo capítulo deste trabalho.

Assim, não há melhor maneira de começar essa análise senão pela contextualização do cenário russo pré-assalariamento. O período anterior à transição para o assalariamento era dominado pelo regime de servidão. Nesse sistema, de forma similar ao caso brasileiro, os trabalhadores rurais, entendidos nesse contexto como servos, eram dependentes não só das terras, mas também dos “senhores” que comandavam esses territórios. Porém, algumas características tornam esse sistema único, a exemplo da aplicação de impostos pagos aos senhores, como o *obrok*, que representava, por vias monetárias, um pagamento que devia ser realizado pelos camponeses. Ainda, o aparato estatal russo facilitava em muito a manutenção do regime, instituindo medidas como a obrigatoriedade da prestação de serviços militares e a proibição de deixar, mesmo que temporariamente, o país.

Passemos então, ao objeto central de análise: a transição entre diferentes regimes de trabalho e, conseqüentemente, econômicos. Os *Narodniks*, que aqui trataremos como os populistas russos, representavam um grupo de oposição ao regime tsarista e de defesa pela instauração do socialismo na Rússia. Para eles, a melhor forma de se alcançar esse objetivo seria o retorno de algumas características do regime de campesinato, anterior à servidão, agora com a utilização de uma política de redistribuição de terras e de renda. De maneira geral, os intelectuais e políticos pertencentes a esse grupo, em especial aqueles que formaram o partido *Narodnaya Volya* (“Vontade do Povo”, em português) em 1879 apresentavam, na defesa de suas intenções, uma grande contradição que possibilitou a Lênin o estabelecimento de um diálogo crítico para com esse grupo, ressaltando o que considerava como os erros cometidos por este.

Sobre suas teses, fica claro que os populistas negavam a existência do surgimento, mesmo que rudimentar, de um capitalismo russo, rejeitando a ideia de que este seria possível; porém, não eram contrários à ideia de que a Rússia necessitava de uma transformação para fugir dos problemas que, após o fim da servidão, e com o início do regime de trabalho assalariado, típico de economias capitalistas, assolavam-na, o que permite o estabelecimento de uma relação comparativa entre estes e os papelistas brasileiros, que tinham como grande objetivo a resolução

---

<sup>4</sup> LÊNIN, Vladímir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

dos efeitos negativos dessa transformação. Nesse sentido, destaca-se, segundo Moraes (2018, p. 42), a “defesa das formas russas tradicionais de propriedade comunal no campo, por meio de incentivos econômicos aos *artéis* e *obshichinas*”.

Com o fim do regime de servidão, por meio da Reforma Emancipadora de 1861, os populistas, ao se debruçarem sobre o estudo da possibilidade do desenvolvimento do sistema capitalista na Rússia, estabeleceram duas justificativas centrais para seus argumentos: a inexistência de um mercado interno capaz de estruturar a mudança para um novo sistema econômico e a impossibilidade de acessar, de maneira imperialista, o mercado externo. Isso pois, mesmo após a Reforma, com a liberação geral dos antigos servos, as condições de vida desses indivíduos não foram benéficamente alteradas. Assim, os populistas acreditavam que esses camponeses, agora assalariados recebendo baixíssimos salários e com reduzido poder de compra, não conseguiriam formar uma demanda interna suficiente que justificasse o surgimento de mercado e produção nacionais, classificando então o capitalismo russo como “natimorto” em defesa de sua teoria, que pode ser entendida como subconsumista.

Segundo Fonseca (2003)<sup>5</sup>, o francês Sismondi costuma ser associado ao surgimento das teses pautadas no subconsumismo. Ele afirmava que “na sociedade capitalista industrial nascente havia uma tendência do crescimento da oferta, impulsionado pela produtividade, muito superior ao do mercado consumidor, pressionado pelos salários de subsistência” (Fonseca, 2003, p. 25). No caso russo, a tendência ao subconsumo é justificada pelos reduzidos salários ofertados aos trabalhadores assalariados, que, devido justamente a essas limitações monetárias, não podem se integrar ao sistema, que entra em crise pelo desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mercadorias.

Além disso, os populistas argumentavam ainda que, como a economia russa se encontrava ainda no princípio de seu desenvolvimento comercial, não parecia possível o estabelecimento de relações competitivas com outros países no mercado internacional, visto que as grandes potências já há muito tempo haviam se estabilizado nesse setor. Dessa forma, a busca por mercados externos não se configuraria como uma opção.

De maneira geral, por mais que os *Narodniks* desejassem uma sociedade socialista, ou seja, relacionada diretamente ao pensamento marxista, eles também mobilizavam o raciocínio

---

<sup>5</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

smithiano acerca da acumulação de capital, afastando-se, portanto, de Marx, e dando origem à crítica de Lênin. Todos esses pontos serão examinados no próximo capítulo.

Em conclusão, para os populistas russos, o segredo para um possível desenvolvimento de uma sociedade socialista mais benéfica ao povo russo estaria, na realidade, pautado na manutenção de características da administração campesina anterior, com a promoção do coletivismo agrário.

## 1.2. O caso dos Populistas estadunidenses

No caso dos Estados Unidos, o populismo surge com a criação do partido “*People’s Party*” (“Partido do Povo”, em português) que, em síntese, defendia os interesses de pequenos trabalhadores e proprietários da zona rural do país, sendo estabelecido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX por meio da articulação de movimentos que objetivavam alterar o cenário do país (Moraes, 2018).

Sobre o contexto nacional à época, ressalta-se que, conforme se expandia a atividade exportadora na região Sul do país, que tinha seu grande foco na produção algodoeira, os trabalhadores da economia local eram afetados, e suas relações, que antes eram pautadas em um senso de comunidade, são alteradas. Os grandes proprietários passam a dominar os territórios, transformando esses trabalhadores em seus dependentes e, à medida que a economia se transformava para caber nos moldes capitalistas, e baseava-se cada vez mais na exportação, a prática do arrendamento de terras para os pequenos produtores tornou-se cada vez mais comum, alterando a dinâmica do regime de trabalho dos Estados Unidos.

A situação desses trabalhadores, agora presos em um cenário controlado, em grande parte, pelo capital, piorava com a existência de crises no mercado internacional, a exemplo da Longa Depressão que marcou a década de 1870 e gerou queda no preço dos produtos exportados. Assim como os populistas russos, os estadunidenses apresentavam um viés crítico às elites do país, colocando-se, portanto, como defensores do povo. Eles tinham o objetivo de alterar as políticas econômicas, com base na mudança de padrão monetário e no fim dos desequilíbrios financeiros, que beneficiavam os grandes financistas de Wall Street em detrimento dos trabalhadores arrendatários.

Defendiam, portanto, a realização de uma política monetária expansionista, que melhoraria, segundo o grupo, a situação geral de vida dos pequenos produtores endividados, e a troca do padrão-ouro pelo bimetalismo. Assim, a moeda nacional seria convertível tanto em

ouro quanto em prata. Nesse momento, é possível realizar um paralelo entre os populistas estadunidenses e os papelistas brasileiros devido a uma questão extremamente específica, que se difere do caso russo: ambos almejavam romper com o padrão-ouro e defendiam o aumento da emissão de moeda.

No caso brasileiro, os papelistas defendiam essa emissão para que, por meio de uma política monetária expansionista, a economia crescesse, numa espécie de solução aos problemas causados pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos. Já no caso estadunidense, os populistas tinham um desejo central de aliviar as dívidas dos trabalhadores rurais, assim como retomar também a economia. Além disso, ambos os grupos tinham a intenção de ampliar o crédito, que financiaria o crescimento econômico.

Sendo assim, pode-se concluir que, enquanto os papelistas brasileiros se aproximavam dos populistas russos devido a, em ambos os casos, os grupos buscarem por uma solução para os problemas que puderam ser percebidos com a transição de um regime de trabalho compulsório para um regime de trabalho assalariado, processo este culminante no desenvolvimento do sistema capitalista; no caso dos populistas estadunidenses, estes se assemelham aos papelistas não necessariamente pelo contexto de regime de trabalho no qual se inseriam, mas sim pela defesa de um mesmo conjunto de medidas a fim de melhorar a situação econômica local. Porém, é importante ressaltar que, enquanto no Brasil, o foco estava na emissão pautada em títulos da dívida pública, nos Estados Unidos, o foco estava na possibilidade bimetalista.

Por fim, sobre a importância da defesa populista nos Estados Unidos, esta possibilitou, no ano de 1890, a autorização da conversão em ouro ou prata, bem como o aumento de compra da prata pelo Estado, por meio de *Sherman Silver Purchase Act* (“Lei Sherman de Aquisição de Prata”, em português). Porém, essas mudanças duraram apenas três anos devido às modificações no cenário internacional na relação oferta-demanda do ouro, que reduziu as reservas do país. Com o passar do tempo, o movimento populista dos Estados Unidos gradualmente se desarticula, de maneira semelhante ao papelismo, que encontra seu limite com o aumento do endividamento externo e com a necessidade de renegociação do pagamento do serviço da dívida em 1898 no chamado *Funding Loan*.

## **2. O ERRO TEÓRICO DOS POPULISTAS RUSSOS**

Por mais que os populistas apresentassem, no cerne de sua argumentação, preocupações com o povo russo, e defendessem um conjunto de políticas entendidas por eles como socialistas, há um grande erro teórico, segundo Lênin, que os afasta de Marx e os aproxima da tese de Adam Smith: para os populistas, a realização da mais-valia não seria possível. Segundo Rosdolsky<sup>6</sup> (2001, p. 394), essa ideia é fundamentada “na carência de mercados externos disponíveis para a burguesia russa, no tamanho diminuto do consumo popular e nas crises de superprodução inerentes ao capitalismo”.

O entendimento de Smith sobre acumulação de capital se distancia dos esquemas de reprodução do capital formulados por Marx, os quais consideravam que a reprodução da economia poderia ser descrita a partir da existência de dois departamentos de produção — o de meios de consumo e o de meios de produção. No entanto, os populistas russos utilizavam o raciocínio smithiano como base para sua argumentação sobre o suposto caráter natimorto do capitalismo na Rússia. Isso pois, como os salários pagos para os trabalhadores recém-libertos do regime de servidão eram extremamente baixos, o consumo destes era também muito precário, o que limitava a demanda e, assim, não permitiria o estabelecimento real de um mercado interno. Além disso, a conquista de mercados externos não seria possível devido à impossibilidade da economia russa de competir com as nações mais desenvolvidas, já mais bem inseridas no sistema internacional. Sendo assim, nenhum dos dois departamentos da economia seria capaz de se expandir o suficiente para possibilitar a existência do capitalismo no país. E é nesse ponto que Lênin discorda dos populistas e constrói sua defesa, em uma tentativa de comprovar a existência do capitalismo russo, mesmo que ainda em estágio inicial.

## 2.1. O processo marxista de reprodução do capital

A fim de adentrar a discussão aqui proposta, é necessário, inicialmente, compreender o ciclo do capital produtivo por meio dos esquemas marxistas de reprodução do capital, mais especificamente, o esquema de reprodução simples do capital, esquema este que não contempla a acumulação de capital. É importante ressaltar que, de maneira geral, os esquemas representam apenas uma abstração simplificadora do processo, que não contempla fatores como o comércio exterior e a concorrência, mas que possibilitam entendimento suficiente para compreender a

---

<sup>6</sup> ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

reprodução ampliada do capital, o estudo das críticas tecidas por Lênin aos populistas russos e a construção da comparação entre o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e na Rússia.

Para Karl Marx<sup>7</sup> ([1867] 2023, p. 423), “uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir”. Portanto, é necessária a uma sociedade a renovação constante possibilitada pela reprodução do capital, que tem a circulação de bens apenas como uma etapa nesse processo. Nela, as mercadorias geradas por um ciclo produtivo representam os novos elementos do próximo ciclo, e assim perpetua-se esse movimento de “reciclagem” do capital. Portanto, de toda a produção anual de uma sociedade, uma parcela dessa produção total deve ser inerentemente destinada a uma nova produção, ou seja, a reprodução. Segundo Marx, essa constitui a base do sistema capitalista, que possui, como objetivo central, não o consumo, e sim, a acumulação.

Ao dissecar o ciclo do capital produtivo, Marx (2014)<sup>8</sup> afirma que toda a produção de uma sociedade pode ser dividida de forma simplificada em dois departamentos: o primeiro é responsável pela produção dos meios de produção, e o segundo, pela produção de meios de consumo. Além disso, é estabelecida ainda uma fórmula que representa não apenas o valor individual de uma mercadora, mas pode também ser aplicada ao capital social, que seria a união de todos os capitais individuais, podendo ser assim entendida, resumidamente, como o produto total de uma economia em determinado período. Dado uma produção anual de valor P:

$$P = c + v + m$$

Nesta fórmula, “c” representa o capital constante utilizado para a produção da mercadoria, que pode, ainda, ser dividido entre capital constante fixo, como o maquinário necessário à produção, e capital constante circulante, representando os insumos e matérias-primas; “v” representa o capital variável, ou seja, os gastos com o pagamento de salários; e “m” representa a mais-valia gerada pelo processo produtivo da mercadoria em questão. Esta, por sua vez, nada mais é do que o valor excedente gerado pelo trabalhador. Essa fórmula também serve de base para a análise dos componentes das produções dos dois departamentos aqui abordados. Com base nessas informações iniciais, é possível prosseguir com a análise do esquema de reprodução baseado na reprodução simples.

---

<sup>7</sup> MARX, Karl. **O capital**: livro I: o processo de produção do capital. Boitempo, 2023.

<sup>8</sup> MARX, Karl. **O capital**: O livro II. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

A reprodução simples caracteriza-se por um fenômeno por meio do qual o ciclo de produção se repete em medida constante, ou seja, sem acumulação de capital, mesmo que permita ainda a existência de lucros. Para que a reprodução se mantenha de forma equilibrada, é necessário que haja uma equivalência entre as compras entre os dois departamentos. Dessa forma, a produção total dos dois setores não cresce de forma desordenada, e a restrição acerca do que é ou não produzido é firmada por meio das trocas intersetoriais da própria economia. Em outras palavras, o que limita a produção dos setores é o quanto eles demandam um do outro.

Assim, supondo-se os seguintes valores de produção, sendo “DI” o Departamento I, responsável pelos meios de produção, e “DII” o Departamento II, responsável pelos meios de consumo:

$$DI = 4000c + 1000v + 1000m = 6000$$

$$DII = 2000c + 500v + 500m = 3000$$

Partindo do pressuposto de que os trabalhadores gastam tudo que recebem - a totalidade de seus salários - com consumo, devido aos baixos salários recebidos e à necessidade de consumir aquilo que é necessário à sua própria sobrevivência, o consumo dos trabalhadores encontra-se representado por “v”, o capital variável. Ainda, como, no caso da reprodução simples, que não permite acumulação, os capitalistas gastam tudo o que ganham, a mais-valia representa o consumo capitalista, pois esta não seria reinvestida.

Mantendo-se o volume anual de produção constante devido à característica não-cumulativa do processo aqui analisado, os meios necessários a um novo ciclo produtivo são, em valor, iguais aos meios utilizados no ciclo produtivo anterior. Portanto, o capital constante presente em ambos possui mesmo valor. Sendo assim, para que o Departamento I possa iniciar um novo ciclo produtivo, serão necessários os mesmos 4000c. Ainda, como é o próprio Departamento I que produz os meios de produção necessários a esse novo ciclo, ele deve ser entendido como o responsável por gerar seu próprio capital constante. Em resumo, para que o Departamento I reinicie seu processo reprodutivo, ele deve retirar, de sua produção total, o valor necessário para reinvestimento em capital produtivo. Segundo Marx ([1867] 2023, p. 423), “uma quantidade determinada do produto anual pertence, pois, à produção”.

Realizando-se os cálculos, com a produção final de valor 6000, e subtraindo desta os 4000c, sobra um valor de 2000, dividido entre capital variável e mais-valia. O que sobra deve então ser gasto no Departamento II, tendo em vista que tanto os trabalhadores quanto os capitalistas apresentam demanda por meios de consumo, bens estes produzidos apenas pelo Departamento supracitado.

Examinando agora o Departamento II, como o capital variável e a mais-valia geram exclusivamente gastos com consumo individual, o valor de ambos os elementos será gasto dentro do próprio Departamento. Já os 2000 de valor que sobram, referentes ao capital constante, serão necessariamente demandados ao Departamento I para suprir o capital constante necessário para o próximo período produtivo. Resume-se assim o intercâmbio entre os departamentos de produção, por meio do qual o Departamento II troca um valor igual ao seu capital constante com o Departamento I, que oferece o valor relativo à soma de seu capital variável com sua massa de mais-valia, e esses dois montantes ofertados pelos Departamentos são idênticos. Assim, a fórmula geral de equilíbrio da reprodução simples do capital social é tida como:

$$CII = vI + mI$$

Esse equilíbrio, na prática, não é estático, mas é justamente a busca por ele que possibilita a manutenção da estabilidade do sistema, evitando a eclosão de crises pautadas na superprodução.

Na reprodução ampliada, a proporção em que a produção social se divide entre os departamentos deve considerar a acumulação de capital, ou seja, a transformação de parte da massa de mais-valia apropriada em capital constante e capital variável adicionais, o que permite que a produção gere mercado para si mesma. Porém, essas ideias não são de todo aproveitadas pelos populistas russos, que trilham um caminho diferente de análise da produção, mantendo seu foco apenas no Departamento II.

## 2.2. A utilização do conceito de acumulação de capital de Smith

Primeiramente, deve-se destacar que, na visão de Adam Smith<sup>9</sup>, o trabalho pode ser dividido em duas categorias principais: trabalho produtivo e trabalho improdutivo. No caso do primeiro, ele se caracteriza pelo fato de agregar valor àquilo que serve de base do seu trabalho. É o caso do trabalho fabril, que transforma matérias-primas em mercadorias que podem ser comercializadas e gerar uma renda que cubra todos os gastos necessários ao processo, com o pagamento de salários, e ainda ofereça lucro ao capitalista. Em outras palavras, esses bens vendáveis gerados pelo trabalho produtivo podem ser reproduzidos no futuro utilizando-se a

---

<sup>9</sup> SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Nova Cultural, 1996.

mesma quantidade de trabalho, apenas reiniciando o ciclo produtivo. Já o trabalho improdutivo, por mais que tenha sua importância ressaltada por Smith, não é capaz de adicionar valor ou de se fixar em mercadorias vendáveis e, portanto, não produz lucros diretos, sendo considerado uma atividade que gera apenas despesas. Como exemplo, podem ser citadas as profissões de criados domésticos e soldados.

Diferentemente do trabalho produtivo, o improdutivo não é capaz de arcar com seus próprios custos, sendo pago com os lucros gerados por outros trabalhadores. Assim, para que o ciclo econômico se expanda, é necessário, nos termos de Smith, manter trabalho produtivo, ou seja, ampliar a produção através do pagamento de salários adicionais para os trabalhadores vinculados às atividades em que há trabalho produtivo.

Conclui-se, portanto, que, como o trabalho produtivo é o único que gera excedentes, este pode ser entendido como o único trabalho responsável pela geração de riqueza para os países, de modo que a expansão econômica se originaria com o reinvestimento dos excedentes na ampliação do trabalho produtivo. Dessa maneira, a acumulação de capital, sob a ótica de Smith, resume-se ao uso de parte do lucro para manter trabalho produtivo.

Assim, o autor defende que o excedente da produção deve ser utilizado com parcimônia, pois é o pagamento de salários adicionais para os trabalhadores vinculados às atividades em que há trabalho produtivo que permite a geração de novo valor excedente, em detrimento de um gasto exacerbado com bens de consumo e, principalmente, com o consumo improdutivo, como a contratação de criados domésticos, por exemplo, pois o trabalho destes não perdura no tempo, como uma mercadoria, dissipando-se já no momento em que é aplicado.

Sobre o crescimento da economia, Smith afirma que

a produção anual da terra e do trabalho de um país só pode aumentar de valor, com o acréscimo do contingente de mão-de-obra produtiva, ou das forças produtivas dos trabalhadores já empregados. E evidente que o número de trabalhadores produtivos de um país nunca pode ser muito aumentado, a não ser em consequência de um aumento do capital ou dos fundos destinados à sua manutenção. E as forças produtivas do mesmo número de trabalhadores só podem ser aumentadas em decorrência quer de algum acréscimo e aperfeiçoamento das máquinas e instrumentos que facilitam e abreviam o trabalho, quer de uma divisão e distribuição mais apropriada do emprego. Em ambos os casos, quase sempre se requer um capital adicional (Smith, 1996, p. 344),

que só seria conquistado por meio da boa administração dos governos e da parcimônia dos indivíduos.

Smith não desconsidera a importância do capital fixo e da parte do capital circulante que não inclui os salários. Porém, ele encontra uma maneira de reduzir a importância destes ao realizar uma distinção entre renda bruta e renda líquida:

a renda bruta de todos os habitantes de um grande país compreende a produção anual total de sua terra e de seu trabalho; a renda líquida engloba o que lhes resta livre, após deduzir a despesa necessária à manutenção: primeiro, seu capital fixo; segundo, seu capital circulante; ou seja, aquilo que, sem interferir em seu capital, conseguem incorporar a seu capital reservado para consumo imediato, ou gastar em sua subsistência, em suas comodidades e divertimentos. Também aqui, sua riqueza real está em proporção à sua renda líquida, e não à sua renda bruta (Smith, 1996, p. 296).

Assim, ao considerar o produto anual real de uma sociedade, Smith leva em consideração apenas os salários, as rendas (relacionadas aos proprietários de terras) e os lucros daqueles que comandam o processo produtivo — os capitalistas, em linguagem marxista —. Destarte, o valor da mercadoria seria decomposto nesses três elementos, sendo que os dois últimos representariam a mais-valia. Como o produto total pode ser resumido como a soma dos valores individuais dos produtos, Smith não incluiria, em sua composição, o capital constante, que não teria seu valor transferido ao produto final. Para Smith, a reprodução dos meios de produção não entraria no preço das mercadorias pois os próprios preços desses meios também podem ser decompostos em salário, lucro e renda da terra.

Em resumo, toda a produção seria composta apenas por componentes de renda, seja esta do trabalhador, do dono da terra ou do dono dos meios de produção. Comparando sua análise com os esquemas de Marx, Smith manteria em seus cálculos apenas o capital variável e a mais-valia. Seu entendimento sobre a realização da mais-valia se diferencia nesse ponto da visão marxista, que seria ignorada pelos populistas russos: para Smith, o investimento, segundo seu entendimento sobre o preço das mercadorias seria destinado ao aumento da demanda por trabalho produtivo.

Portanto, os patrões utilizam os excedentes da produção para seu consumo individual, constituído por gastos com trabalho improdutivo e meios de consumo, e para o pagamento dos salários dos trabalhadores produtivos, excluindo-se da equação o reinvestimento em capital constante. Já os trabalhadores concentram seus gastos na compra de meios de consumo. Na prática, isto significa que apenas o departamento de produção de meios de consumo teria real importância na reprodução da economia. Isso pois, de toda a demanda de produção criada pelo consumo dos patrões e dos trabalhadores, nenhuma parte se destinaria à busca por meios de produção. Em suma, o nível de consumo das massas constituiria um obstáculo à expansão econômica.

Quanto à possibilidade de busca por mercado externo, em sua crítica às políticas mercantilistas, Smith defende a especialização de cada país naquilo que produz melhor, ou seja, nos produtos cuja produção utiliza melhor os meios disponíveis, elevando sua produtividade.

Entretanto, como a Rússia não estava ainda inserida como participante central no comércio global, já dominado por nações há muito consolidadas economicamente, os populistas não consideravam esse movimento de internacionalização uma possibilidade real.

Sendo assim, nenhum dos dois departamentos da economia seria capaz de se expandir o suficiente para possibilitar a existência do capitalismo no país. É contra este argumento central que Lênin se posiciona em sua obra, explicando, através de uma ótica marxista, o ciclo produtivo que possibilitou o surgimento do capitalismo na Rússia. E é em paralelo a esse movimento que Furtado<sup>10</sup> disserta, em “Formação Econômica do Brasil”, sobre como essa mesma transição acontece no cenário brasileiro após o fim do período escravista.

### 2.3. A crítica de Lênin

Para Lênin, o surgimento do mercado está intimamente ligado à divisão social do trabalho. Essa relação é estabelecida a partir do momento que unidades produtivas que antes geravam todos os diferentes bens necessários à sobrevivência de seus integrantes são modificadas, marcando o início da economia mercantil, que, em seu patamar de pleno desenvolvimento, acarretaria o capitalismo. Assim, a produção torna-se especializada, com diferentes unidades produzindo, cada uma, um bem distinto, que seria posteriormente ofertado, transformando-se efetivamente em uma mercadoria possuidora de valor de troca. A formação de um mercado interno também é marcada pela especialização e mercantilização das produções agrícola e industrial.

Entretanto, os populistas discordavam deste entendimento. Como afirmado por Lênin ([1889] 1982, p. 15), “não seria possível construir a teoria populista da ‘artificialidade’ do capitalismo na Rússia senão negando ou declarando ‘artificial’ o próprio fundamento de qualquer economia mercantil – a divisão social do trabalho”.

Com essa alteração, os pequenos produtores, agora trabalhadores assalariados, não são mais os donos dos meios de produção e, devido a isso, se empobreceram, processo que Lênin intitulará “a ruína dos pequenos produtores”. Os populistas usam dessa explicação para sustentar sua tese subconsumista por estarem extremamente focados no consumo individual, mas, para Lênin, esse baixo consumo não constitui um papel impedor ao capitalismo, pois,

---

<sup>10</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2020.

diferentemente do que é exposto por Smith, o departamento de produção de meios de consumo não representa o único vetor capaz de desenvolver a economia russa.

No processo de transição para o assalariamento e de constituição de um mercado interno, o campesinato vinculado ao regime servil é substituído pelo trabalhador rural assalariado. Com isso, produtos que antes seriam apenas produzidos de maneira a possibilitar a subsistência familiar passam a ser comercializados, o que aquece o mercado interno nacional. Mesmo que a qualidade de vida fosse de fato mínima, assim como apontado inicialmente pelos populistas russos, fato este aceito por Lênin, isso não impedia a necessidade de consumo. Assim, se antes o trabalhador produzia, simultaneamente, todos os recursos necessários à sua sobrevivência; agora, com a especialização dos setores industriais e da produção agrícola, a compra de parte desses itens básicos de consumo se faz necessária.

Com o aumento da produção interna, os donos dos meios de produção investem conseqüentemente em mais insumos e mais meios de produção, o que significa que os capitalistas aumentam não só os seus níveis de consumo individual, mas também os seus investimentos produtivos, com a utilização de mais capital constante na compra de novos equipamentos e insumos. Dessa maneira, o mercado interno se forma, principalmente, na expansão da produção de meios de produção, necessários ao posterior desenvolvimento industrial do país.

Ao resgatar os esquemas de Marx, Lênin destaca a importância do intercâmbio entre os dois departamentos da produção, o de produção de meios de consumo e o de produção de meios de produção. Assim, enquanto os populistas focam no consumo, ele defende que “a conclusão principal a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo” (Lênin, [1889] 1982, p. 23). Isso acontece pois o capital constante cresceria mais que o capital variável. Assim, é o próprio processo de reprodução de capital que, ao gerar reinvestimento no ciclo produtivo, garante a demanda interna.

Dessa forma, o impacto do consumo produtivo, e não do consumo individual isolado, por mais que estes sejam interligados, é que carrega, de fato, o crescimento do mercado interno, diferentemente do que acreditavam os populistas. Por mais que, inicialmente, possa não fazer sentido a existência de um crescimento da produção que não necessariamente reflita no aumento do consumo, é justamente essa contradição que, para Lênin, sustenta o funcionamento do capitalismo, que, como já afirmado anteriormente, possui como objetivo geral a acumulação, e não o consumo.

Sobre a questão dos mercados externos, Lênin compreende que o desenvolvimento capitalista envolve uma expansão da produção na medida em que se dá com elevação da produtividade do trabalho e, com isso, a busca por mercados externos seria importante por possibilitar a realização do valor excedente. Como visto ao longo deste capítulo, os populistas defendiam a ideia de que seria impossível à Rússia adentrar o ambiente do comércio internacional. O que ocorre, de fato, é que o próprio desenvolvimento do mercado doméstico, ao aumentar a produção de determinados ramos da indústria, geraria a possibilidade de realização do valor excedente. Isso ocorre pois, para Lênin ([1889] 1982, p. 31), “os diversos ramos da indústria que servem de ‘mercado’ uns para os outros, não se desenvolvem uniformemente” e, como consequência disso, “o ramo mais desenvolvido procura um mercado externo”.

Em conclusão, Lênin, em uma busca por demonstrar as vias para uma possível revolução na Rússia, critica o que considera serem erros teóricos dos populistas ao centralizarem parte de seus entendimentos na noção de acumulação de Smith, e não nos esquemas de reprodução de capital de Marx. Assim, a solução encontrada por seus compatriotas seria, para ele, conservadora, ao sugerir o retorno de moldes anteriores, podendo, até mesmo, ser classificada como antirrevolucionária:

“Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: – ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker* (...) – ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária” (Lênin, [1899] 1988, vol. 1, p. 10 *apud* Moraes, 2018, p. 43).

Dessa maneira, segundo a análise de Lênin, era impossível a coexistência entre os moldes do antigo regime de campesinato russo e uma sociedade que não pendesse, de alguma forma, para o capitalismo.

### **3. O SURGIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL**

Ao se abordar o início do desenvolvimento do regime capitalista no Brasil, é necessário ressaltar a existência de um denso debate acerca de qual momento específico marcaria essa transição. Aqui, utilizaremos o entendimento de Furtado, que compreende que a transformação do Brasil em um país capitalista tem como marco primário a reorganização do mercado de

trabalho, que apenas foi possível com a abolição do regime escravista. Por mais que a industrialização brasileira ganhasse proporções relevantes apenas muito tempo depois, e que a base da economia continuasse sendo a mesma — exportação de produtos primários cultivados por grandes proprietários de terras —, essa alteração do regime de trabalho adicionou ao ciclo produtivo brasileiro uma nova variável: o salário. Com a introdução do pagamento de salários, que representava a presença de um novo tipo de capital — o capital variável —, juntamente com o “boom” da venda do café no mercado internacional, o aumento da demanda interna possibilitou o alcance de um novo patamar no desenvolvimento econômico do país.

### 3.1. A transição do sistema escravista para o sistema de trabalho assalariado

Para Polanyi (2000)<sup>11</sup>, em sua obra “A grande transformação”, há mercados não só para mercadorias e serviços, mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, que se distinguem dos outros bens explorados e comercializados. Os preços que regulam a produção e a distribuição das chamadas mercadorias fictícias são os salários, a renda e os juros, respectivamente. É somente com a formação dos mercados de trabalho, da terra e do dinheiro que se torna possível o desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Segundo Polanyi:

as mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores. Assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e procura, com a intermediação do preço (Polanyi, [1944] 2000, p. 93).

Além de não serem produzidos para a venda, trabalho, terra e dinheiro sequer são mercadorias produzidas. É por isso que Polanyi as designa de mercadorias de fictícias.

No caso do trabalho, ele, obviamente, não representa um bem que pode ser produzido, por constituir-se na mobilização das forças humanas em atividades que, por vezes, nem mesmo tem como objetivo principal a obtenção de lucros. Como grande exemplo disso, pode ser citada a prática da produção de subsistência, realizada por indivíduos que tinham como motivação sua própria sobrevivência. Já a existência da terra nada tem a ver com a ação do homem, sendo apenas elemento constituinte do que entendemos como meio ambiente. Por fim, o dinheiro é, na visão de Polanyi, apenas um símbolo responsável por trocas dentro dos mercados.

---

<sup>11</sup> POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

Porém, por mais que esses elementos podem ser entendidos como mercadorias fictícias, os seus mercados são reais. Isto pois, no caso do trabalho, ele pode ser comprado por meio da contratação de trabalhadores que ofertam sua força de trabalho e recebem, em troca, seus salários; no caso da terra, ela pode ser alugada, ou seja, basicamente comprada por um período determinado, processo que, assim como a venda de mercadorias reais, também geraria lucros; e no caso do dinheiro, sua oferta e sua demanda são reais, o que possibilita a existência dos juros.

Com isso, o mercado torna-se o principal comandante das relações humanas, tendo o controle sobre os corpos, a natureza e o poder de compra. Diante da expansão da produção de mercadorias com o desenvolvimento da indústria, os mercados relativos às mercadorias fictícias — trabalho, terra e dinheiro — não apenas se formam como demandam uma regulação.

No caso brasileiro, os mercados da terra e do trabalho surgem com a expansão do setor exportador, com o estabelecimento de uma economia cafeeira em rápido crescimento. Assim, antes desse momento, Costa (1999)<sup>12</sup> afirma que o Brasil passava por um momento em que “o controle sobre os homens e sobre a terra era mais importante para definir o status social do proprietário do que a acumulação de capital” (Costa, 1999, p. 175). Em concordância com a tese de Polanyi, a autora afirma que é com a expansão econômica pautada na exportação, ou seja, do mercado de mercadorias genuínas, que se inicia um processo de controle da terra como mercadoria fictícia.

Assim, conforme modifica-se a maneira com que a força de trabalho é mobilizada, altera-se também o regime de posse da terra, o que confirma a intimidade da relação terra-trabalho no Brasil.

Segundo Barbosa (2003),<sup>13</sup> o governo esteve presente em toda a transição do regime de trabalho no Brasil, monitorando e legislando a “desescravização”, para utilizar os termos do autor, e a busca por novas fontes de mão de obra. Na época do Brasil Colonial, quando a distribuição de terras era resumida em concessões da Coroa, o crescimento do setor exportador

---

<sup>12</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

<sup>13</sup> BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 374 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

serviu de motivação para o início do processo de utilização em larga escala da mão de obra africana no país. Durante o período no qual esse regime de trabalho compulsório dominou o território, período este que durou mais de 300 anos, aqueles que não tinham condições de recorrer à compra de escravos e que não possuíam prestígio suficiente para serem beneficiados com o direito legítimo ao uso de terras, utilizavam-se da ocupação como forma de garantir seu sustento. Assim, se estabelece no Brasil o que viria a ser chamado de economia de subsistência, posteriormente mobilizada no processo expansionista da produção cafeeira.

Ainda, o impacto econômico da escravidão vinha de duas linhas distintas: da produção voltada para a exportação e do tráfico dos escravos em si, objetificados e comercializados como quaisquer outras mercadorias. Para os grandes proprietários de terras e os traficantes de escravos, afastados das questões humanitárias, o regime de trabalho forçado era, portanto, sua grande oportunidade de enriquecimento.

Assim, quando as dificuldades de utilização da “mão de obra nativa”, representada pelos povos indígenas explorados, em conjunto com a limitada existência de trabalhadores locais que pudessem ser empregados nas fazendas, passaram a obstaculizar o aumento da produção agrícola, o tráfico de escravos africanos se intensifica no país.

Com a utilização da força de trabalho de indivíduos escravizados, esses indivíduos podem ser entendidos como expressão parcial do capital fixo dos produtores agrícolas, por representarem uma posse completa destes. Nesse momento de uso extensivo da modalidade de mão de obra compulsória, os trabalhadores encontram-se todos alienados da terra.

Com a pressão política gerada pela Inglaterra ao longo do século XIX, com base na busca britânica por novos mercados e nas pressões políticas e humanitárias, para o fim da escravidão no Brasil, uma série de leis foram criadas de modo a coordenar a mudança, lenta, gradual, e marcada por especificidades regionais, do regime trabalhista brasileiro, tendo na Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, a representação da proibição definitiva do tráfico de escravos no país.

Nesse momento, o tráfico interprovincial de escravos se intensifica, com o êxodo destes para as regiões de grandes plantações de café. A utilização da mão de obra focada na economia de subsistência, em constante expansão, não parecia possível devido ao vínculo dos roceiros com os proprietários de suas terras, e a importação de mão de obra europeia representaria um grande custo ao país. Surge então a ideia de contratar diretamente trabalhadores europeus com o auxílio do próprio governo brasileiro, que financiava parte dos gastos. Porém, os trabalhadores, quando em solo brasileiro, encontravam-se em uma situação de servidão

temporária, tendo de trabalhar para pagar suas dívidas para com seus empregadores. Com o tempo, essa situação teve de se alterar para evitar que, novamente, a economia cafeeira fosse limitada pela questão da oferta de mão de obra.

Essas alterações, em adição aos problemas políticos e econômicos vivenciados à época pela Itália, país que mais exportou trabalhadores para o Brasil no período, possibilitaram o estabelecimento de um intenso fluxo migratório para o estado de São Paulo. Logo após, com o fim do regime forçado de escravidão, a massa de possíveis trabalhadores assalariados aumenta, mantendo, ainda, as mesmas características da produção agrícola com fins exportadores.

Com o inerente fim do regime escravista e a baixa expectativa de vida desses indivíduos, era questão de tempo até que a economia brasileira entrasse em colapso. Segundo Barbosa (2003, p. 106), em muitos locais “a mortalidade dos escravos foi o elemento que mais contribuiu para eliminar a escravidão”.

Tendo em vista o fim da possibilidade de importar escravos, os grandes produtores rurais necessitariam de algum outro modo de recrutar mão de obra suficiente para a manutenção dos seus ciclos produtivos. Porém, tendo em vista a identidade entre terra e trabalho no Brasil, antes do mercado do trabalho, deveria ser regularizado o mercado da terra, que deve ser reavaliado para se tornar mais coerente com um novo modo de geração de lucros.

No início desse processo, algumas formas alternativas de trabalho foram testadas, como o sistema de colonato, que permitia ao trabalhador o seu cultivo de subsistência, bem como lhe fornecia pagamento monetário em troca de trabalhos prestados ao proprietário das terras. Entretanto, todas essas alternativas mantinham, ainda, fortes ligações com as relações de poder do regime de escravidão e intenso vínculo do trabalhador com a terra.

Para Costa (1999), em se tratando do Brasil, o uso da terra e o uso da mão de obra são elementos que sempre andaram juntos, modificando-se de maneira similar, um acompanhando o outro. Destarte, devido à farta abundância de terras do país, a busca por mão de obra poderia ser dificultada, sendo necessário desfazer o laço que unia esses dois elementos. Segundo Furtado, caso nenhuma alteração fosse feita:

os escravos, uma vez libertados, tenderiam, então, a abandonar as antigas plantações e dedicar-se à agricultura de subsistência. Neste caso, as modificações na organização da produção seriam enormes, baixando o grau de utilização dos fatores e a rentabilidade do sistema. Esse caso extremo, entretanto, não poderia concretizar-se, pois os empresários, vendo-se privados da mão de obra, tenderiam a oferecer salários elevados, retendo dessa forma parte dos ex-escravos. A consequência última seria, portanto, uma redistribuição da renda em favor da mão de obra. (Furtado, 2007, p. 200-201)

Portanto, para que essa possível realidade fosse evitada, o acesso às terras deveria ser controlado. Assim, conforme descreve Azevedo (2025), em um projeto de lei formulado pelo Conselho de Estado, apresentado à Câmara dos Deputados em 1842 e aprovado no Senado em 1850 como a Lei de Terras, foi exposta a tese, baseada nas ideias do teórico Wakefield, de que, para que existissem incentivos suficientes ao trabalho livre, com trabalhadores dispostos a aceitar ocupar essas posições, o acesso a terras não deveria ser irrestrito, e sim, restringido. Edward Wakefield, político e teórico da colonização, considerado uma figura que inspirou esse movimento, acreditava ser necessário alienar o trabalhador da terra para que se obtivesse, de fato, controle sobre esta.

Dessa forma, com o estabelecimento de impedimentos ao uso livre das propriedades rurais, os trabalhadores pobres, incapazes de adquirir esses terrenos por meio de compras, se veriam em uma situação de necessidade de suprir suas condições básicas, tendo de recorrer à venda de sua força de trabalho nessas mesmas propriedades. Inicia-se, portanto, a instituição do mercado de trabalho no Brasil, sendo este o último dos mercados a ser organizado na transição para o capitalismo.

Além da questão territorial, a Lei de Terras dissertava ainda sobre a questão migratória, outra fonte de trabalho muito utilizada pelo país, principalmente na região Sul, de trabalhadores capazes de integrar a força produtiva nacional. Porém, este processo também não foi linear, sendo marcado pela exploração dos imigrantes pelos grandes proprietários de terras, que estavam acostumados com o regime escravista. Ao longo do século XIX, diversas leis foram criadas para regularizar a situação dos imigrantes e dos trabalhadores livres, a exemplo da Lei de Locação de Serviços de 1879 e do Código Comercial de 1850.

Sob a ótica de Barbosa (2003), o que, acontece, na prática, é que todo o ônus gerado no processo de transição entre o regime de trabalho compulsório e o regime de trabalho assalariado é transferido para os trabalhadores. Isso pode ser confirmado pela análise dos baixíssimos salários pagos à época, que, no caso dos ex-escravizados, podem ser comparados, segundo Furtado, aos custos que esses indivíduos gerariam aos seus patrões caso ainda ocupassem seus antigos postos sociais. Em um paralelo com o pensamento marxista, podemos afirmar que, em relação aos baixos salários do início da transição para o sistema capitalista, "ele [o trabalhador] se abastece de meios de subsistência para manter sua força de trabalho em funcionamento, do mesmo modo como se abastece de carvão e água a máquina a vapor e de óleo a roda (Marx, [1867] 2023, p. 426-227).

Depreende-se, portanto, que, assim como a Rússia após o fim do regime de servidão, o Brasil era também marcado pelo baixo consumo dos empregados na emergente economia cafeeira, suficiente apenas para a manutenção desses empregados no ciclo produtivo, mas ainda capaz de alterar a economia brasileira ao gerar demanda minimamente significativa para o início do processo de desenvolvimento de um mercado interno que, posteriormente, seria intensificado pela expansão da economia cafeeira e pela industrialização por substituição de importações.

Agora, os ex-escravizados recém-libertos, em adição aos imigrantes europeus destinados ao trabalho nas fazendas de café, anteriormente excluídos dos papéis centrais decisivos do ciclo produtivo, colocam-se como sujeitos demandantes de mercadorias. Devido à necessidade de um consumo minimamente suficiente para a manutenção da subsistência desses indivíduos, o mercado interno teve de se desenvolver para ser capaz de prover as necessidades básicas dos trabalhadores que sustentavam a grande produção agrícola nacional. Em resumo, “o mercado interno se forma quando parte das receitas das exportações se converte em pagamento de salários nas fazendas de café” (Azevedo, 2025, p. 15).

### 3.2. A expansão da economia exportadora cafeeira e o estabelecimento de um mercado interno

No caso brasileiro, os primeiros indícios do sistema capitalista surgem ainda quando apenas um dos departamentos de produção descritos por Marx estava efetivamente ativo no país, como argumenta Azevedo (2024a): <sup>14</sup>o departamento de produção dos meios de consumo. Isso porque, devido a seu histórico colonial, bem como a seu posicionamento dependente na divisão internacional do trabalho, o Brasil ficou marcado como um país produtor de bens primários, não sendo capaz de se industrializar com a mesma rapidez e intensidade que outros Estados.

Percebe-se assim que havia, de fato, implicações que refletiam as dificuldades brasileiras de adentrar um modo de produção capitalista. Paralelamente, no caso russo, a dificuldade de transicionar para o sistema capitalista após o fim do regime de servidão também

---

<sup>14</sup> AZEVEDO, Raquel de. Fundamentos da formação do valor da força de trabalho e do salário na economia colonial brasileira. ECONOMIA ENSAIOS, v. 39, p. 89-102, 2024a.

é perceptível. Direcionemos então o foco da análise para a questão-chave da transição do Brasil: a expansão da economia cafeeira.

Para Furtado, é na expansão da economia exportadora cafeeira que se encontram as bases possibilitadoras da formação de um capitalismo nacional. Apenas com a consolidação de um setor exportador em que vigora o regime de trabalho assalariado poderia surgir uma demanda interna suficiente para o surgimento de um mercado interno, bem como poderia ter início um processo de industrialização, ainda que embrionário.

Anteriormente ao início da centralização da produção agrícola no café, a economia brasileira encontrava-se estagnada, desde o início do século XIX, devido à desvalorização dos principais produtos exportados da época: o açúcar e o algodão. Isso representava um grande problema para o desenvolvimento nacional pois, para Furtado, “num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional” (Furtado, 2020, p. 122). Assim, era necessário o estabelecimento de um produto substituto.

É nesse momento que o café surge como uma possibilidade de reversão do cenário de decadência econômica, tendo em vista que este necessitava justamente do fator de produção subutilizado que o território brasileiro tinha de sobra: a terra. Devido à ausência de necessidade de altos investimentos, às condições climáticas locais e à existência de mão-de-obra escrava suficiente a esse momento inicial, a economia cafeeira se expandiu rapidamente. Alcançando sucesso no mercado internacional, ela foi capaz de financiar seu próprio processo de expansão; e, como a oferta de terras não era um obstáculo, era necessário apenas encontrar uma solução à carência de mão-de-obra adicional, questão essa já abordada no subtópico 3.1.

Inicia-se, então, um movimento de mudança no fluxo de renda da economia nacional pautado na instauração do trabalho assalariado. Por mais que, como afirmado anteriormente, as características gerais do modo de produção continuassem as mesmas do período anterior ao fim da escravidão, a remuneração salarial entra como elemento definidor do novo sistema. Quando a venda do café é realizada no exterior, seu valor total, identificado por Furtado como a renda bruta das unidades produtivas, deve cobrir todos os gastos necessários ao processo produtivo e remunerar os fatores de produção utilizados, como a terra e do trabalho, sendo que, anteriormente, o segundo não se fazia presente nessa análise.

Após o pagamento das despesas, incluindo o salário, que representa o custo da manutenção dos trabalhadores, o grande produtor utiliza uma parte do valor que sobra para

reinvestir em sua produção e outra para realizar seu consumo individual. Já os trabalhadores que, como exposto anteriormente, eram remunerados com baixíssimos salários, utilizavam o salário em sua totalidade para arcar com seu consumo, garantindo assim sua sobrevivência, mesmo que em níveis extremamente baixos no que diz respeito a qualidade de vida. Para que esse consumo seja suprido, os trabalhadores consomem não apenas bens importados, mas também bens produzidos localmente por pequenos artesãos. Assim, conforme mais trabalhadores recebiam salários, maiores eram os gastos com consumo, o que necessariamente ocasionava uma maior demanda pela produção de itens de consumo, que passaram a ser cada vez mais ofertados pela produção interna, conforme explica Furtado (2020).

Em adição a esse processo, os próprios comerciantes, beneficiados com a renda advinda da compra de suas mercadorias, também aumentam os seus próprios gastos com consumo, gerando um efeito multiplicador cíclico na economia. Para Furtado (2020, p. 163), “a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora”. Assim, conforme a demanda externa aumentava — e aqui destaca-se o principal motivo para a elevação dos ganhos com exportações —, os preços dos produtos no mercado internacional aumentavam, e os proprietários de terras contratavam mão de obra adicional. Com o aumento dos gastos gerais com salários, mais o consumo interno se intensificava, demandando, de maneira paralela, o desenvolvimento de um mercado nacional, mesmo que ainda incipiente.

O aumento do preço do café no mercado internacional só pode se converter em expansão do mercado interno porque a oferta elástica de terras e de mão de obra na segunda metade do século XIX não se traduz num aumento de renda da terra e dos salários com a expansão cafeeira. Segundo Furtado (2020, p. 164), “se a expansão da economia cafeeira houvesse dependido exclusivamente da mão de obra europeia imigrante, os salários ter-se-iam estabelecido em níveis mais altos”. Foi a mão de obra que já se encontrava em território brasileiro que permitiu a manutenção de salários mais reduzidos, que, por sua vez, possibilitaram a contratação de mais trabalhadores sem grandes entraves. Conforme argumenta Azevedo (2024b), <sup>15</sup>os trabalhadores vinculados à economia de subsistência cumprem a função de exército industrial de reserva, de contingente de trabalhadores disponíveis para as necessidades de expansão do capital:

---

<sup>15</sup> AZEVEDO, Raquel de. Análise dos ciclos da economia brasileira em Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado a partir dos esquemas de reprodução de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 70, p. 114-137, 2024b.

é um valioso achado da análise furtadiana a compreensão de que os salários não reduzem os lucros dos fazendeiros do café porque há uma massa de trabalhadores disponíveis vinculados à economia de subsistência que impede uma elevação significativa dos salários dos trabalhadores imigrantes europeus. Ou seja, há uma superpopulação relativa de trabalhadores na economia brasileira na segunda metade do século XIX, mas ao contrário do que se passa nas economias europeias, esse exército industrial de reserva não se deve ao fato de o capital se reproduzir com aumento de produtividade, deslocando o trabalhador da centralidade do processo produtivo, vinculando-o a subempregos ou à condição de trabalhar menos horas do que gostaria, de modo que a concorrência entre trabalhadores supérfluos e trabalhadores ativos auxilie a manter os salários em níveis mais baixos. Os trabalhadores associados à economia de subsistência, componentes que são da população de trabalhadores supérfluos da economia brasileira, provêm do processo que Furtado denominou de involução econômica. Nele, o setor de subsistência, de menor produtividade, se expande quando há um recuo do setor exportador, de alta produtividade, em virtude da queda dos preços internacionais do produto exportado. Nesse sentido, a superpopulação relativa brasileira se origina do crescimento de um setor de baixa produtividade. Na economia colonial, a população supérflua não se forma em razão do aumento da produtividade, mas de sua redução. E é essa gente amorfa que, ao inchar o incipiente mercado de trabalho brasileiro, permitiu que a expansão cafeeira se desse sem aumento de salários. (Azevedo, 2024b, p. 96-98)

### 3.3. O processo de industrialização por substituição de importações

Conforme e expandia o assalariamento ao longo das últimas décadas do século XIX e início do século XX, a necessidade pela produção mais diversificada de meios de consumo no mercado nacional aumentava. Com a restrição externa provocada pela crise de 1929, a industrialização induzida pela expansão do setor exportador se transforma radicalmente. Conforme explica Azevedo (2024a):

a combinação entre as restrições externas provocadas pela crise de 1929 e a manutenção da demanda interna aquecida em razão da política de formação de estoques produz, ao longo da década de 1930, a transformação radical que orienta os escritos de Furtado. De um lado, a formação e a queima dos estoques de café conservam a atividade econômica no setor exportador e, portanto, segundo Furtado, a demanda no mercado interno. De outro, diante da crise, as divisas geradas pelas exportações se tornam insuficientes para cobrir as importações induzidas pela renda criada pela própria política de defesa do setor cafeeiro. Furtado se pergunta que destino tomaria essa renda que, devendo ser despendida no exterior em importações, ficava represada no país. Ora, a consequência é um alargamento do setor de produção de meios de consumo que atenda às necessidades de consumo de um mercado interno aquecido. Embora tal aumento da produção tenha exigido inicialmente apenas um melhor aproveitamento da própria capacidade instalada no país, não tardaria para que essa expansão exigisse o acesso ao fornecimento de máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos adicionais. Em um cenário de restrição de importações, a expansão do setor de produção de meios de consumo criou as condições para a incorporação (ainda que em dimensão limitada e com relevante participação de capital estrangeiro) de um setor de produção de meios de produção no país. (Azevedo, 2024a, p. 131)

A partir da década de 1930, a industrialização por substituição de importações parece indicar que é agora a indústria a responsável pela ampliação do mercado interno. Novamente, é possível perceber a argumentação de Polanyi acerca da influência das mercadorias genuínas sobre as mercadorias fictícias pois, segundo Fonseca (2020, p. 2), “supõe (...) que este [setor industrial] seja responsável pela dinâmica da economia, ou seja, que crescentemente seja responsável pela determinação dos níveis de renda e de emprego”.

Furtado (1981)<sup>16</sup> complementa:

Na primeira fase da substituição de importações, contava-se com um mercado que fora criado com base em excedente derivado da atividade primário-exportadora e o aumento da produção fundava-se em boa medida no uso mais intensivo de recursos disponíveis ou numa oferta elástica a médio prazo. Mas se é a própria atividade industrial que deve ela mesma formar o seu mercado, o problema passa a ser diferente, posto que o excedente que se origina nessa produção será a fonte dos recursos para a ampliação do mercado e também dos novos investimentos. Em outras palavras: a formação do mercado será em concorrência com o desenvolvimento das forças produtivas (Furtado, 1981, p. 43)

Esse momento representa uma tentativa de superação da centralidade do setor exportador na economia brasileira. Para Furtado (2020), a crise da economia cafeeira poderia engendrar os elementos para o surgimento de um “sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento” (Furtado, 2020, p. 71).

Dito de outra maneira, o processo substitutivo de importações possibilita a incorporação de um departamento de produção de meios de produção na economia brasileira, posto que, até esse momento, o desenvolvimento do país havia sido baseado apenas na evolução do departamento de produção de meios de consumo, conforme argumenta Azevedo (2024a):

O setor de produção de meios de produção fornece máquinas, equipamentos, matérias-primas e insumos para o setor de produção de meios de consumo e o setor de produção de meios de consumo fornece os meios de consumo necessários e de luxo para o consumo privado de trabalhadores e capitalistas de ambos os setores. (Azevedo, 2024a, p. 132)

#### 4. UMA ANÁLISE SOBRE OS PAPELISTAS

Assim como existiu na Rússia um movimento intelectual e político que buscava resolver os danos causados pelo início do trabalho assalariado e do desenvolvimento capitalista, intitulado “populismo”, no Brasil a situação não seria diferente. Nesse caso, entretanto, os responsáveis por essa análise são representantes do movimento papalista, que tinha como foco

---

<sup>16</sup> FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, v. 01, n. 1, pp. 36-43, jan.-mar., 1981.

a alteração na condução da política monetária brasileira, que seria, segundo os próprios papelistas, a forma de fazer frente ao “estado de recessão em que a economia brasileira havia sido lançada nos últimos anos do Império em virtude da exportação de reservas metálicas para fazer frente ao desequilíbrio externo” (Azevedo, 2024a, p.130).

O movimento papelista ganha força quando a economia cafeeira em expansão começa a ocasionar, devido ao excesso de produção, um desequilíbrio do balanço de pagamentos. Segundo Fonseca e Mollo<sup>17</sup> (2012, p. 218), “a preocupação maior dos papelistas, dos mais moderados aos mais radicais, era com o nível de atividade econômica”. Para os autores, este movimento representaria o embrião possibilitador do surgimento do pensamento desenvolvimentista, que representaria, no Brasil, a busca pela superação de seu caráter subdesenvolvido frente nações centrais do sistema capitalista.

#### 4.1. O desequilíbrio externo para o Brasil

Segundo a análise de Celso Furtado, o déficit no balanço de pagamentos é uma das consequências da formação de um mercado interno. Para entender o desequilíbrio externo no Brasil, é necessário, inicialmente, compreender que a base de toda a economia internacional do período aqui abordado estava ancorada no padrão-ouro. Ou seja, todos os países que seguissem esse padrão deveriam possuir reservas metálicas condizentes com as necessidades de meios circulantes para o comércio interno e externo. Com a formação de um mercado interno, uma economia caracterizada pela centralidade do setor exportador e por um elevado coeficiente de importações enfrentaria um problema de déficit externo e, conseqüentemente, de escassez de reservas metálicas para o comércio interno.

Na década de 1880, começam a surgir os primeiros sinais de excesso de produção de café na economia brasileira. “A repercussão no preço internacional é imediata, visto que as fazendas brasileiras eram responsáveis pela maior parte da produção mundial” (Azevedo, 2024a, p.129).

Falta explicar a origem da superprodução no período. Em se tratando da grande expansão da economia cafeeira transcorrida a partir da segunda metade do século XIX, é preciso

---

<sup>17</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes Rolemborg. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, p. 203-233, ago. 2012.

destacar uma característica típica desta economia: a relativa elasticidade dos fatores de produção. O grande fazendeiro de café, ao buscar expandir sua produção, não encontra, portanto, grandes limitações em adquirir novas terras, pois essas eram abundantes no país. Assim, a aquisição dessas terras adicionais não implicaria necessariamente em uma redução dos lucros do proprietário devido ao pagamento da renda da terra.

Ainda, como a mão de obra disponível era abundante, a demanda por trabalhadores adicionais também não se traduzia diretamente em aumentos salariais, e essa realidade apenas se fez possível devido à oferta mista de trabalhadores imigrantes; ex-escravizados, anteriormente empregados em grandes plantações de produtos como açúcar; e trabalhadores integrantes da economia de subsistência, muitos destes concentrados em antigas regiões de exploração de minérios com a qual se ocupavam no auge da economia mineradora.

O efeito do excesso de produção de café é a queda do preço do produto no mercado internacional. Como consequência, há uma contração imediata nas exportações brasileiras. Durante o Período Colonial, essa questão impactaria menos a economia pois as exportações e as importações eram duas variáveis que funcionavam de maneira conjunta, sem grandes defasagens temporais. Assim, sempre que havia uma baixa nas exportações, as importações reduziam-se de maneira correspondente.

Isso acontecia pois, como não havia ainda o pagamento de salários, os lucros gerados pela produção que não fossem destinados ao pagamento das despesas com os fatores produtivos ou ao reinvestimento da produção, incluindo a compra de meios de produção por meio da importação, eram todos destinados ao consumo dos senhores de engenho, que geravam também demanda por produtos importados. Nesse novo momento, marcado pelo pagamento de salários, parte desse valor fica retido internamente, sendo o principal financiador do mercado interno brasileiro.

Devido a essa mudança, as importações deixam de reagir de forma imediata à queda nas exportações. Como o fluxo interno de renda criado pelo pagamento de salários é superior à renda monetária gerada pelo setor exportador, as importações demoram a ceder.

Para Furtado, esse desequilíbrio causador do déficit na balança comercial expressa a origem do déficit no balanço de pagamentos como um todo e a consequência é a evasão de reservas metálicas para fazer frente ao desequilíbrio externo.

O papelismo surge em resposta aos efeitos internos da exportação de reservas. Como o Brasil e a maior parte das potências mundiais estavam subordinadas ao padrão-ouro, todo meio circulante dessas economias, seja em comércio interno ou externo, deveria ser lastreado em

ouro. O resultado não poderia ser outro: “as exportações de reservas metálicas significaram uma redução do lastro dos meios circulantes na economia brasileira” (Azevedo, 2025, p.17), o que ocasionou na economia nacional os efeitos recessivos de uma política monetária restritiva.

Com a instauração da República, os novos dirigentes da economia passam a buscar maneiras de modificar essa recessão. Assim, o Primeiro Ministro da Fazenda da República Velha, Rui Barbosa, grande representante dos ideais papelistas, decide adotar uma política de emissão de moeda na tentativa de reverter a situação na qual a economia brasileira se encontrava. Os papelistas se destacam ao performarem um papel marcante na história brasileira, emitindo moeda não apenas para financiar o Estado e solucionar desequilíbrios em contas públicas, mas também para, adicionalmente a isso, cumprir o papel de uma política econômica contracíclica e alterar a realidade recessiva do Brasil do período. “A pergunta a respeito do ‘nível de oferta monetária mais condizente com o ânimo dos negócios’ (Fonseca, 2012, p. 35) constitui um episódio inaugural na economia brasileira: pela primeira vez o Estado se vale de uma ferramenta de política econômica para consecução de um efeito anticíclico” (Azevedo, 2024a, p. 130).

Portanto, os papelistas podem ser compreendidos como aqueles que buscaram solucionar as dificuldades vivenciadas pelo Estado brasileiro no surgimento do assalariamento e dos estágios iniciais do capitalismo na economia nacional, ocasionadas, em grande parte, pela alteração do regime de trabalho utilizado.

#### 4.2. A lógica Papalista

O debate entre papelistas e metalistas ao longo da década de 1890 representa um momento em que “passava-se a enfatizar, em um tom mais pragmático, já que visava à utilização imediata, quais deveriam ser os objetivos de curto prazo da política econômica e a melhor combinação de instrumentos e meios para viabilizá-los” (Fonseca; Mollo, 2012, p. 215). Os papelistas representavam a defesa da emissão de moeda fiduciária, ou seja, sem lastro metálico, por vários bancos, o que geraria a liquidez monetária valiosa ao aquecimento da economia, enquanto os metalistas, pautados na ortodoxia inglesa, rechaçavam essa ideia e defendiam a manutenção do padrão-ouro. Os papelistas se dividiam em duas alas, uma mais radical, focada na figura do político Rui Barbosa, e outra menos radical, integrada por figuras de grande importância histórica, como o Barão de Mauá e Visconde de Ouro Preto.

Diferentemente dos seus opositores metalistas, os papelistas eram a favor do fim do lastro inflexível e tinham como variável de alta relevância não a taxa de câmbio, mas sim a taxa de juros, pois, para esses políticos e pensadores, a política cambial não deveria estar no centro da condução da economia nacional. Já os metalistas, que tinha em Campos Sales e seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, seus principais representantes, defendiam a conversibilidade em ouro, pois a emissão de moeda não geraria outra coisa que não inflação.

Com a entrada de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda, este laborou, no ano de 1890, uma nova legislação bancária e autorizou emissão de papel-moeda lastreado em dívida pública. No ápice da defesa papalista, o Ministro chegou a permitir que bancos privados emitissem moeda. Tais políticas redundaram, no entanto, em um processo inflacionário.

Em 1898, o acordo de renegociação dos juros da dívida externa brasileira chamado de *Funding Loan* colocaria um fim às políticas papelistas. Entre as contrapartidas para a renegociação da dívida estavam o compromisso com superávits do orçamento nacional, a conversibilidade da moeda, que deveria ter sua emissão rigidamente controlada, e a busca por estabilidade cambial.

Por mais que essa mudança drástica na condução da economia nacional pudesse melhorar o relacionamento do Brasil com credores internacionais, atrair investimentos e conter a inflação, algumas consequências negativas também puderam ser percebidas: a economia brasileira enfrentou um momento de grande austeridade. Com isso, os gastos públicos foram reduzidos e a atividade econômica foi negativamente afetada.

#### 4.3. O diálogo Populista x Papalista

É possível concluir, portanto, que os populistas russos e os papelistas brasileiros representam grupos que, cada um à sua maneira e pautados na realidade que, respectivamente, a Rússia e o Brasil vivenciavam, tentam resolver os primeiros impasses gerados com a transição de economias menos desenvolvidas e ligadas a formas de trabalho compulsório - servidão e escravidão -, para uma possível economia capitalista. No caso brasileiro, a discussão acerca da resolução desses impasses foi marcada por uma disputa acerca de política monetária e, no caso russo, foi marcada por uma disputa acerca da propriedade e da utilização da terra (Azevedo, 2025).

Para enfrentar os entraves gerados pelo início do assalariamento, os populistas russos reivindicavam uma nova organização do regime de propriedade da terra, que deveria ser

redistribuída e utilizada conforme o antigo regime comunal. Para os populistas russos, a maneira encontrada para evitar os problemas do período pós-servidão era resgatar o regime de propriedade de épocas passadas. Já no Brasil, por mais que se intensificassem as lutas pela terra no final do século XIX e início do século XX, conforme ressalta Azevedo (2025),<sup>18</sup> é a política monetária que se torna objeto de disputa dos papelistas:

Na Rússia, no Brasil ou nos EUA, a transição para o assalariamento envolve a alienação do trabalhador da terra e a consolidação de um consumo social rebaixado. Onde, porém, a formação de um mercado de trabalho foi acompanhada pela subordinação ao padrão-ouro, o populismo enquanto “forma adequada pela qual se expressa o encaminhamento das crises em economias capitalistas” significou majoritariamente disputa pela política monetária em detrimento de uma disputa pela propriedade. (Azevedo, 2025, p. 18-19)

Assim, é possível aproximar as intenções dos dois grupos, que se distinguem em relação à maneira sugerida para alcançá-las, tendo em vista as diferentes propostas realizadas pelos populistas russos e pelos papelistas brasileiros. Porém, uma diferente relação pode ser percebida quando se compara o papelismo com o populismo estadunidense. Isso pois, em se tratando das medidas defendidas por ambos os grupos, por mais que estas mantenham especificidades, como a preferência pelo bimetalismo ou pela moeda fiduciária, a ideia geral sustentada era a mesma nos dois casos: seria necessária a aplicação de uma política monetária expansionista, acompanhada do rompimento com o padrão-ouro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do assalariamento nas economias brasileira e russa permite encontrar convergências estruturantes nos trabalhos de Furtado e Lênin. Quanto às condições necessárias ao desenvolvimento capitalista, ambos rejeitam a tese subconsumista de que salários rebaixados impediriam a formação de um mercado interno. Tal avaliação se mantém apesar da diferença dos regimes de trabalho compulsório que antecederam a transição para o assalariamento.

Para Furtado, o início do pagamento de salários na economia cafeeira se traduz na formação de um mercado interno, pois significa a expansão de um departamento de produção de meios de consumo. Com o processo de substituição de importações e a incorporação de um departamento de produção de meios de produção, o mercado interno se torna mais complexo e

---

<sup>18</sup> “Não há dúvidas de que, com a descentralização da administração das terras devolutas no período republicano, multiplicaram-se os conflitos associados à apropriação territorial no Brasil. A Juazeiro de Padre Cícero, a Belo Monte dos fiéis de Antônio Conselheiro e as comunidades religiosas da região do Contestado são alguns exemplos das disputas por terra nas primeiras décadas da República”. (Azevedo, 2025, p. 18).

bem articulado. Para Lênin, a formação de um mercado interno na Rússia está de saída vinculada à articulação entre os dois departamentos de produção.

Outrossim, tanto no Brasil quanto na Rússia, esses momentos transitórios foram marcados por dificuldades em relação à qualidade de vida dos trabalhadores que mantinham essas economias de pé, e, por consequência, permitiram o surgimento de grupos que buscassem resolver essas adversidades. Eclodem, portanto, os movimentos populista e papelista. Entretanto, por mais que a existência destes, por si só, permitam uma aproximação entre as circunstâncias vivenciadas pelas duas nações, o conteúdo de seus discursos possui uma importante distinção.

Enquanto os populistas russos propunham a realização de modificações no uso e no controle da terra, os papelistas disputavam a política monetária diante dos impasses do assalariamento. É exatamente essa disputa pelo controle da política monetária que marca, assim como no contexto brasileiro, a experiência estadunidense, possibilitando uma aproximação dupla do movimento papelista em relação ao populista: por um lado, assemelha-se ao caso russo ao buscar alternativas para fugir dos problemas sentidos à época; por outro, assemelha-se ao caso estadunidense ao encontrar na política monetária uma possível saída.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Cristiano Addario de. **A disputa monetária na Primeira República (1890-1906) entre papelistas e metalistas**: a moeda como projeção e resultado do real. 117 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- AZEVEDO, Raquel de. Análise dos ciclos da economia brasileira em Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado a partir dos esquemas de reprodução de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 70, p. 114-137, 2024b.
- AZEVEDO, Raquel de. Fundamentos da formação do valor da força de trabalho e do salário na economia colonial brasileira. *ECONOMIA ENSAIOS*, v. 39, p. 89-102, 2024a.
- AZEVEDO, Raquel de. Impasses da transição para o assalariamento e da formação de um mercado interno em Lênin e Furtado. *América Latina en la Historia Económica*, no prelo, 2025.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**: da escravidão ao assalariamento. 374 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes Rolemberg. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, p. 203-233, ago. 2012.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**, v. 01, n. 1, pp. 36-43, jan.-mar., 1981.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2020.
- GRESPLAN, Jorge. **O negativo do Capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LÊNIN, Vladímir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINHO, Giullia Bueno. **“Oh! Quantas species!...”**: “Metalistas” e “papelistas” na imprensa brasileira, 1888-1892. 95 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- MARX, Karl. **O capital Livro II**: o processo de circulação do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O capital Livro I: o processo de produção do capital**. Boitempo, 2023.

MORAES, L. S.; FONSECA, P. C. D. Populismo como conceito: teoria e história das interpretações. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 28, p. 1-31, 2024.

MORAES, Leonardo Segura. **Populismo, política econômica e crises na América Latina**. 221 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Gabriella M. Segantini. Alexandre, o pequeno: Marx e a abolição da servidão na Rússia. **Verinotio nova fase**, v. 29, n.1, p. 433-464, jan.-jun., 2024.